

Dialogar e digladiar: entre a conflagração e a constituição do campo da pesquisa sobre políticas públicas de educação ambiental

Luiz Antonio Ferraro Júnior ¹

Resumo: O Grupo de Discussão de Pesquisa (GDP) “Educação Ambiental e Políticas Públicas”, do VI Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA), revelou um campo efervescente e promissor. Há possibilidades amplas para a pesquisa em decorrência da crescente produção de políticas de educação ambiental nos diferentes níveis federativos. Além da quantidade e diversidade de temas, as pesquisas têm grande relevância política e acadêmica. Estudar e sistematizar conhecimentos sobre essas políticas pode favorecer seu aprimoramento e evitar o experimentalismo difuso. Por outro lado, há uma conflagração nesse campo de pesquisa, já que alguns estudos podem se converter em peças de acusação ou defesa de determinadas gestões. Mesmo assim, algumas lições sobre a autonomia das entidades executoras em relação aos financiadores, a necessidade de planejar as condições para a continuidade das ações e o desafio de desenvolver estratégias para a democratização dos espaços políticos podem ser destacados do conjunto de pesquisas do GDP.

Palavras-chave: Pesquisa. Políticas públicas. Educação ambiental. Espaços políticos. Democracia.

Dialogue and quarrel: disputes in the formation of the field of research on public policies for environmental education

Abstract: The “Environmental Education and Public Policies” Research Discussion Group (RDG), at the VI Research Meeting on Environmental Education (EPEA), revealed a promising and growing research field. There are many opportunities for research as a result of an increasing production of environmental education policies at different federal levels. In addition to the quantity and diversity of topics, research in the field has great academic and political relevance. The study and systematization of knowledge about those policies can improve them and avoid diffuse experimentalism. On the other hand, a war is taking place in that field, as some studies can become pieces of prosecution or defense. Even so, some lessons about the autonomy of project-executing agencies in relation to

¹ Professor adjunto da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Brasil, ferraroluiz@yahoo.com.br

their lenders, the need to plan the conditions for the continuity of actions and the challenge of developing strategies for the democratization of political spaces can be detached from the body of research of the RDG.

Keywords: Research. Public policies. Environmental education. Political spaces. Democracy.

Dialogar y digladiar: entre la conflagración y la constitución del campo de la investigación sobre políticas públicas de educación ambiental

Resumen: El Grupo de Discusión de Investigación (GDP por sus siglas en portugués) “Educación Ambiental y Políticas Públicas”, del VI Encuentro de Investigación en Educación Ambiental (EPEA), reveló un campo efervescente y promisor. Hay amplias posibilidades para la investigación en consecuencia de la creciente producción de políticas de educación ambiental en los diferentes niveles federativos. Además de la cantidad y diversidad de temas, las investigaciones tienen gran relevancia política y académica. Estudiar y sistematizar conocimientos sobre esas políticas puede favorecer su perfeccionamiento y evitar el experimentalismo difuso. Por otro lado, hay una conflagración en ese campo de investigación, ya que algunos estudios pueden convertirse en piezas de acusación o defensa de determinadas gestiones. Aun así, algunas lecciones sobre la autonomía de las entidades ejecutoras con relación a los financiadores, la necesidad de planear las condiciones para la continuidad de las acciones y el desafío de desarrollar estrategias para la democratización de los espacios políticos pueden destacarse del conjunto de investigaciones del GDP.

Palabras clave: Investigación. Políticas públicas. Educación ambiental. Espacios políticos. Democracia.

Apresentação

Vários trabalhos de pesquisa têm tomado por base as produções dos três principais encontros acadêmicos que focam ou acolhem o campo da pesquisa em educação ambiental no Brasil (ANPPAS, ANPEd e EPEA). As “amostras” oferecidas por esses espaços são significativas e marcadas pelo alto nível acadêmico. O EPEA, especialmente, é entre os três eventos aquele que permite maior número de produções de EA resultantes de pesquisas, mestrados e doutorados. Sobre a produção dos Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEAs) temos algumas boas análises apresentadas nos textos de AVANZI e SILVA (2004), CARVALHO e SCHMIDT (2008), CAVALARI, SANTANA e CARVALHO (2006), FREITAS e OLIVEIRA (2006) e GUERRA e GUIMARÃES (2007). Tais trabalhos são importantes para a aferição de tendências e a sistematização das contribuições de um conjunto de pesquisas.

O artigo de Avanzi e Silva (2004) já indicava a emergência de pesquisas em educação ambiental nas quais se afirmava a intenção de contribuir para as nascentes políticas públicas dessa área. Sorrentino et al. (2005), escrevendo a partir da experiência dentro do MMA e do MEC, avaliavam os desafios do desenvolvimento de políticas públicas de educação ambiental em tempos nos quais o Estado ainda sofre as consequências do período neoliberal. Os autores apontavam o desafio de construir essas políticas em articulação e diálogo com a sociedade. Certamente, o papel da universidade e das pesquisas para essas políticas ainda em construções iniciais poderia ser central. A partir desse período, talvez como decorrência do fortalecimento da Diretoria de Educação Ambiental do MMA e do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, da formação das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs) e das políticas estaduais de EA, o campo da produção sobre políticas públicas de educação ambiental teve um grande impulso. Diversas teses, dissertações, iniciações científicas e trabalhos de conclusão de curso foram desenvolvidos sobre as políticas públicas de EA.

O estudo dessas produções é um objeto interessante para a pesquisa e para a possibilidade de sistematizar contribuições aos gestores e elaboradores das políticas de EA. Neste texto, me aterei à produção do Grupo de Discussão de Pesquisa “EA e Políticas Públicas” (GDPEAPP) do VI EPEA, ocorrido em Ribeirão Preto (SP), entre 4 e 7 de setembro de 2011. Sem a pretensão de respondê-las, lanço algumas perguntas orientadoras: o que o VI EPEA nos revela sobre esse campo emergente de pesquisa? Que tendências temáticas e metodológicas podem ser percebidas? Que orientações podem ser destacadas para as políticas? Com essas questões em mente, procedi à releitura dos artigos completos e à elaboração do presente texto.

QUADRO GERAL DOS TRABALHOS DO GDP

Do total de 85 trabalhos aprovados para o VI EPEA, doze foram selecionados para o GDPEAPP. Essa proporção, considerando-se a existência de 7 GDPs, revela que no cenário da pesquisa em educação ambiental o campo das políticas públicas já se encontra quantitativamente bem representado, mesmo se comparado a temas historicamente mais pesquisados e com maior acúmulo, como a EA na formação de professores, nos contextos não escolares, nos aspectos epistemológicos e metodológicos. Esses campos de pesquisa mais “antigos” estão bem mais definidos, em termos dos seus grupos de pesquisa, de suas temáticas e suas metodologias. O campo das políticas públicas em EA ainda está se constituindo nesses aspectos. Pode-se falar até mesmo em alguma dificuldade para definir se determinado trabalho pertence ao escopo das políticas públicas ou outro, uma vez que grande parte dos estudos empíricos se relaciona direta ou indiretamente com as políticas públicas educacionais ou ambientais.

Alguns textos apresentados em outros GDPs, como “Políticas públicas de educação ambiental: um estudo das agendas ambientais” (CRUZ; TOZONI-REIS, 2011), “A concepção de educação e a condução de processos participativos na gestão ambiental. O caso do Conselho Ambiental da Ilha dos Marinheiros (Rio Grande – RS)”, de Lima, Molon, Asmus e Loureiro (2011) e “O discurso da interdisciplinaridade e da sustentabilidade nos projetos de EA escolar: desafios para políticas e pesquisas” (LIMA, 2011) poderiam perfeitamente ter sido incluídos nesse GDP.

Por outro lado, o texto “Fontes de informação dos professores sobre educação ambiental: o esvaziamento da dimensão intelectual do trabalho docente”, de Tozoni-Reis et al. (2011), que foi indicado para o GDP “Educação Ambiental e Políticas Públicas”, não se enquadrou e a própria autora optou por apresentá-lo em outro GDP. Assim, de 14 trabalhos potencialmente relacionados ao GDPEAPP, tivemos 11 efetivamente inscritos e apresentados.

De certo modo, isso se explica pelo fato de os campos de ação e de pesquisa na educação ambiental serem muito imbricados. Pode-se considerar que um estudo sobre a formação de professores e sua relação com a educação ambiental envolve dimensões epistemológicas, metodológicas e de políticas públicas. A rigor, um trabalho como esse poderia estar inscrito em 5 GDPs (contexto escolar, epistemologia, metodologia, políticas públicas e formação de professores) dos 7 do VI EPEA.

Quase todos os textos apresentados no GDPEAPP utilizaram metodologias associadas à análise do discurso e suas diferentes variantes. Algumas pesquisas se restringiram a analisar os discursos presentes nos textos de políticas, ao passo que outros autores preocuparam-se em interpretar os textos com o apoio da análise dos processos associados às políticas ou mesmo com entrevistas feitas com os formuladores das mesmas. Há uma significativa diversidade dentro do campo da pesquisa em políticas públicas de EA. No GDP encontram-se textos que focaram processos de participação e consulta pública na elaboração de políticas (2), textos e práticas associadas a determinadas políticas de educação ambiental (3), o discurso no Congresso Nacional, o estudo de um projeto pautado pela relação empresa-escola, os desafios das políticas de EA perante as mudanças climáticas e os projetos de EA associados ao licenciamento. Quanto aos âmbitos das políticas investigadas, houve maior atenção às políticas nacionais (4) e municipais (2), mas os âmbitos estaduais e regionais também tiveram exemplos de pesquisas.

DIÁLOGO COM OS TEXTOS APRESENTADOS

Com o objetivo de identificar as concepções ideológicas dos envolvidos em um processo de construção participativa, BERNAL e LOUREIRO (2011) analisaram a consulta pública para a elaboração do Programa Estadual de Educação Ambiental do Rio de Janeiro (ProEEA), ocorrida em oito municípios

do estado. Os autores concluíram que as conceituações evidenciam a tendência a uma lógica privatista e produtivista, próprias da ideologia neoliberal. Declaram ainda que o processo de consulta pública exemplifica “como a ideologia funcional às classes possuidoras vai se solidificando como ideologia dominante”. Essas duras conclusões foram obtidas pela análise de textos e gravações feitas nas oficinas. Nesse caso, encontra-se uma questão quanto aos limites das interpretações e das atribuições de significados e intenções, que requereriam um diálogo com as pessoas que proferiram as falas assim interpretadas. Ainda que a metodologia não tenha ficado clara e sempre seja possível generalizar tais juízos sobre o discurso de outros, pode ser interessante perceber outras possibilidades interpretativas e ângulos do fenômeno estudado.

ACCIOLY, SANCHEZ e LAYRARGUES (2011) investigam a existência de um “movimento antiecológico” no Congresso Nacional e a natureza dos protagonistas e destinatários do movimento, assim como analisam as suas estratégias de ação e o seu impacto negativo. Os autores pesquisaram dados de financiamento de campanhas de parlamentares ligados a Comissões de Meio Ambiente, além de seus posicionamentos na mídia. Muitas das empresas financiadoras das campanhas são ligadas ao agronegócio e respondem a processos ambientais e trabalhistas. No caso desse texto, a análise do discurso se fortalece com uma contextualização a partir de aspectos materiais e concretos, que são os recursos privados utilizados nas campanhas. Nesse sentido, os discursos antiecológicos parecem ter uma raiz nas práticas, intenções e relações desses parlamentares.

Ao analisarem o discurso empresarial sobre responsabilidade social e sua aplicação em escolas de Teresópolis/RJ, LAMOSA, LOUREIRO, KAPLAN e SERRÃO (2011) concluíram que esse discurso converge com a sociabilidade da proposta política da “terceira via”. Para eles, alguns grupos têm na educação ambiental um instrumento de promoção de seu ideário de sustentabilidade, baseado no esvaziamento das políticas e institucionalidades públicas, desconsiderando os conflitos e a luta de classes. De fato, não ficou claro se os autores já tinham a hipótese de que o discurso da responsabilidade social convergia com a sociabilidade da proposta da “terceira via” e procuraram elementos confirmadores dessa hipótese ou se esta foi estabelecida após as análises. Ainda que a entrada de projetos de base empresarial em escolas contenha um risco de manipulação, perda de autonomia e ideologização, seria importante que os estudos investigassem mais a fundo as intenções e os desdobramentos dessas práticas com a comunidade escolar. A intenção de esvaziar as institucionalidades públicas e obscurecer a compreensão crítica da realidade se efetiva?

Ao analisar os discursos da Política Nacional de Educação Ambiental, do Programa Nacional de Educação Ambiental e do Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais, KAPLAN (2011) considerou as

concepções sobre o Estado e a sociedade civil, a crise socioambiental e o lugar da escola. Ele concluiu que nessas se propõe um Estado parceiro de uma sociedade civil pretensamente harmonizada. A crise ambiental teria base ético-cultural e estaria desvinculada do capitalismo. Para o autor, os textos expressam uma tendência à desescolarização da educação ambiental sem problematizar a gestão da política educacional. Dessa forma, essas perspectivas disseminariam consensos que asseguram o modo de produção capitalista. Esse texto gerou grande polêmica no GDP. Um autor² citado como proponente da desescolarização e da perda de autonomia docente estava presente no GDP e rejeitou terminantemente as interpretações propostas por Kaplan (2011). Tal situação reforça a preocupação apontada com as conclusões do primeiro trabalho avaliado sobre os riscos e limites de as interpretações dos discursos se transformarem em peças de acusação.

Em outro trabalho, SANTOS, LOUREIRO e BEZERRA (2011) avaliam a participação popular e das políticas públicas em educação ambiental (EA) no município de Mesquita, Rio de Janeiro. Para os autores, a metodologia da construção da política de EA nessa cidade focou atividades de pesquisa-ação participativa e garantiu o protagonismo da comunidade na geração e socialização de conhecimentos no processo de construção das políticas municipais de EA. Eles concluem pela necessidade de seguir tais modelos, pautados por políticas públicas democráticas e populares, na formação crítica dos agentes, com destaque para o âmbito escolar. A apresentação da metodologia aponta que os autores se basearam na “descrição do município e do processo instituído para então, em seguida, realizar a análise e indicar os resultados. Como instrumento de pesquisa para a obtenção das informações utilizadas, utilizou-se basicamente a análise de documentos e os registros das observações participantes”. De certo modo, é um procedimento similar ao do artigo desenvolvido por Bernal e Loureiro (2011),

² “Por fim, um dos três eixos metodológicos do ProFEA é o de “Cardápios de aprendizagem”, o qual parte de uma crítica aos currículos escolares. Considera que “os programas de formação estruturados em ‘grades’ e ‘disciplinas’ têm a característica de engessar o processo de formação, considerando os educandos como uma mesma massa uniforme, com os mesmos desejos e mesmas lacunas”, sendo um “prato único, sem possibilidades de escolha” (TONSO, 2005, p. 52). Cada cardápio seria um “elenco de atividades que tem por objetivo proporcionar a formação [...] de Educadores Ambientais” (TONSO, 2005, p. 49) e que deve ser definido pelos integrantes dos “Coletivos Educadores” (TONSO, 2005, p. 51). Ou seja, os professores não podem definir os conteúdos, as metodologias e as atividades, mas esses coletivos podem. Isso reforça a lógica das parcerias público-privadas e o diagnóstico de que a escola precisa ser “oxigenada” de “fora para dentro”, já que a comunidade escolar seria incapaz de resolver os problemas da instituição (KAPLAN, 2011, p. 12).

que versa sobre um tema convergente: a construção de uma política pública. As conclusões, entretanto, são radicalmente opostas: enquanto o processo estadual caracterizou-se por uma lógica privatista e produtivista, própria da ideologia neoliberal, o processo municipal foi marcado pela crítica e pelo protagonismo da comunidade. Seria interessante compreender as razões de tamanha diferença de abordagem e de resultados em processos participativos sobre o mesmo tema (educação ambiental) ocorridos em um mesmo estado.

A partir de entrevistas e documentos oficiais sobre as trajetórias de educadores ambientais que assumiram o papel de gestores e produziram sentidos que se materializaram em ações, TAMAIO (2011a) analisa e interpreta o campo de significações manifesto na política pública da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, na gestão 2003-2006. O estudo revelou que as políticas empreendidas se inscreveram em um campo instável e contraditório, mas afirmavam o compromisso com processos dialógicos e formativos. Ainda que nessa análise de discursos o autor não tenha apontado conclusões contundentes, sejam positivas ou negativas, percebe-se um trabalho cuidadoso de pesquisa, no qual se articula a análise dos textos às entrevistas com seus formuladores.

Em outro trabalho, o mesmo TAMAIO (2011b) problematizou as políticas públicas de educação ambiental em tempos de mudanças climáticas, questionando o papel da EA nesse problema global e a elaboração adequada de uma política. O texto reforça a importância do desafio de desenvolver políticas que favoreçam uma EA vinculada às causas e consequências do fenômeno. A importância da EA relaciona-se, para o autor, à necessidade da articulação de diferentes atores sociais. De um lado, os especialistas em mudanças do clima concebem a educação como repasse de informações; de outro, se situam os especialistas em educação ambiental, que ainda não se apropriaram devidamente da temática pela sua complexidade. TAMAIO (2011b) assinala a urgência e a fragilidade das estratégias vigentes de educação ambiental para o enfrentamento das mudanças climáticas. Ainda que tenha feito uma avaliação geral do campo da EA e das mudanças climáticas, o autor não percorre um processo investigativo tradicional. Assim, pode-se dizer que esse trabalho se aproxima de um ensaio teórico que reúne proposições ao final.

O projeto Pólen de educação ambiental na Bacia de Campos, financiado pela Petrobras, foi utilizado por PACHECO, SANTOS, LOUREIRO e BOZELLI (2011) para avaliar a educação ambiental no licenciamento ambiental e as tensões e contradições entre as instituições e grupos envolvidos. Concluem que, apesar das tensões público-privado e os interesses envolvidos no processo de petróleo e gás que financia o projeto, a universidade pública, pelo fato de ter autonomia institucional e de não ter sua existência comprometida pela falência de um projeto como esse, pode fazer as coisas de modo diferenciado, o que não se poderia esperar no caso de ONGs. O texto faz uma análise do processo de

desenvolvimento do projeto e das relações entre a universidade e a Petrobras. Ressaltam-se fatos da história do projeto que denotam esse importantíssimo aspecto, que define, em grande medida, a qualidade e os potenciais de projetos de educação ambiental. Não ficou claro se os autores têm relação direta com o projeto ou indireta por meio do Comitê de Acompanhamento do Projeto Pólen (CAPP). As conclusões apresentadas são positivas em relação à autonomia no desenvolvimento do projeto e apontam o maior potencial da universidade pública como executora de projetos de educação ambiental derivados de processos de licenciamento ambiental. De qualquer sorte, é certo afirmar que as políticas de EA devem atentar para os projetos derivados de licenciamento ambiental a fim de incrementar sua autonomia em relação às empresas.

SOUZA (2011) estuda as estratégias de implementação da EA como política pública municipal tendo como balizador da análise a percepção da EA como projeto político em disputa. As perguntas que orientaram a pesquisa foram: “Qual Educação Ambiental está sendo realmente implementada em termos de políticas públicas? De que forma o debate e as proposições da EA se traduzem na realidade dos municípios?”. Ainda que aponte um experimentalismo difuso das políticas de EA nos municípios, a pesquisa reconhece que há o desenvolvimento de novas governabilidades e espaços de aprendizagem que podem, por meio de debates críticos, contribuir para uma ressignificação de teorias e práticas. A distância entre as proposições e as práticas, as disputas, a difusão e o baixo enraizamento das políticas de EA, ainda que apontados pela autora, são considerados como parte do processo, cuja esperança de superação repousaria nos movimentos e redes que se apropriam dos espaços públicos abertos.

Para avaliar os processos formativos em educação ambiental realizados pelo Coletivo Educador de São Carlos, Araraquara, Jaboticabal e Região (CESCAR), SANTOS, DI TULLIO e OLIVEIRA (2011) elegeram como categorias de análise as expectativas, dificuldades, contribuições para mudanças e os sentimentos de identidade e de pertencimento dos cursistas. A metodologia de pesquisa baseou-se na Pesquisa Qualitativa com Narrativas e na Análise Textual Discursiva. A análise mostrou que a metodologia PAP (Pesquisa-Ação Participativa) propiciou aprendizagens significativas e mútuas entre os participantes; entretanto, a desmobilização do grupo ao final do curso gera insegurança para a continuidade das ações e para a construção de identidades mais permanentes em relação ao campo da EA. Ainda que as autoras fossem parte do processo, a (auto)crítica das fragilidades foi contundente e transparente. Algumas citações de educandos marcam essas críticas, a exemplo de educandos que declaram estar “em choque”, “com vazio”, “desolados”, “desamparados”, sinalizando não apenas uma insatisfação como uma dependência com o processo coletivo gerado pela política pública.

No texto “Estruturas brasileiras da educação ambiental e contempladoras da Carta da Terra”, com o objetivo de identificar os paralelos entre a Carta da Terra, a Política Nacional da Educação Ambiental (PNEA, 1999) e o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), RAMOS, MARTINS e ZANON (2011) avaliaram os principais eventos ocorridos durante a implementação das políticas estruturantes da educação ambiental, o contexto histórico da elaboração da Carta da Terra e os conteúdos desses textos. As autoras concluem que há ampla convergência entre esses documentos e que não se trata de coincidência, mas de uma maturação que se dá em contextos similares e convergentes de grupos que se articularam desde a Rio 92.

DISCUSSÕES E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Com base nas questões enunciadas na introdução deste texto e nas produções contidas nesse GDP, sem a pretensão de formular conclusões finais ou definitivas sobre elas, tecerei algumas considerações e percepções.

Quanto aos temas inseridos no campo das políticas públicas de educação ambiental, percebe-se uma grande diversidade de possibilidades, uma vez que pode haver foco em distintos conteúdos (mudanças climáticas, resíduos sólidos, participação), contextos (educação ambiental formal ou não formal) e âmbitos federativos (municipal, estadual, federal). A própria “juventude” das políticas de educação ambiental abre um campo inexplorado para estudos de caso das mesmas. O universo de possibilidades abarca as políticas do MEC e SECs para EA nas escolas (Com-Vidas, escolas sustentáveis, conferências, Agenda 21 escolar), as iniciativas relacionadas ao processo de licenciamento e à gestão de águas (Câmaras Técnicas de Educação e Mobilização, Agência Nacional de Águas, Comitês de Bacias, Fundos de Recursos Hídricos) e de unidades de conservação (ENCEA), os editais e projetos derivados dos fundos de meio ambiente e recursos hídricos, as políticas e programas estaduais e municipais de EA, entre outras.

Nesse sentido, o texto de SOUZA (2011) aponta um risco que pode ser enfrentado com o apoio da pesquisa acadêmica: o experimentalismo difuso, que não gera aprendizagem sistemática. Afinal, como esta profusão de experiências se reflete num acúmulo, principalmente para os Sistemas de Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e de Educação?

Quanto às metodologias, a tendência é clara: a análise do discurso em diferentes matizes (análise crítica, análise de texto, pesquisa narrativa, análise de conteúdo). Entretanto, é importante reafirmar a necessidade de um rigor que evite o uso dessa metodologia como artefato. O uso descontextualizado, fragmentado e preconcebido de textos das políticas pode conduzir a uma gama de interpretações possíveis e enviesadas que pouco contribui para esse campo de pesquisa. A melhor contextualização das análises do discurso permitiu

interpretações mais ricas em alguns textos apresentados. As contextualizações podem se servir do estabelecimento de relações entre o texto escrito e os desdobramentos práticos ou da relação entre os textos das políticas e entrevistas com os elaboradores desse texto. Um exemplo de fragilidade de algumas conclusões, que precisa ser superada, está na interpretação, feita a partir da leitura de textos da política, sobre a perspectiva desescolarizante e ceifadora da autonomia docente que estaria contida na proposta de “cardápios de aprendizagem” e a afirmação do autor dessa proposta (Sandro Tonso, presente no GDP) de que esta nunca foi pensada para dentro da sala de aula ou para a escola, mas no máximo para atender aos professores interessados em educação ambiental. Assim, ficou evidente que uma entrevista com o autor da ideia de cardápio de aprendizagem teria enriquecido muito a pesquisa que formulou interpretações sobre ela.

Uma importante constatação que o GDPEAPP permitiu foi a marcante conflagração do campo das políticas públicas em EA. A maioria dos onze trabalhos contém conclusões muito fortes quanto aos vieses políticos, à vinculação das políticas aos interesses do capital, à manipulação da participação e ao desrespeito à autonomia da escola, além de outras conclusões que podem ser entendidas pelos gestores como acusações a eles. Não só os textos mas o próprio ambiente do GDP contemplaram esse tipo de debate acusação-defesa. Há também os textos elogiosos que podem ser questionados quanto a uma vinculação direta ou indireta dos autores com o objeto pesquisado, havendo aí o risco de termos a pesquisa como subterfúgio: “aos amigos, tudo, aos inimigos, os rigores da lei”, ou os rigores da minha interpretação.

Para Ferraro Júnior e Sorrentino (2011), há um dissenso pouco qualificado entre possíveis vertentes de políticas públicas de EA, as quais pouco conseguem explicitar as bases de suas diferenças. Para os autores, os atores dessas “vertentes” se polarizam e se digladiam, com funestas consequências para a EA brasileira. Ainda que o conflito e a divergência tenham um enorme potencial pedagógico, a polarização pode levar a um desperdício desse potencial. Em relação a esses fatos que ameaçam o campo da pesquisa em políticas públicas de educação ambiental, é importante que as paixões não determinem as conclusões e que o pesquisador investigue os diversos ângulos, matizes e possibilidades do fenômeno.

Há, de fato, pelo menos duas estratégias para o desenvolvimento de políticas públicas de EA: uma que se pauta pela abertura de espaços de locução e construção participativa (CIEAs, coletivos, consultas públicas, Com-Vidas, GTs com os Conselhos de UC e Comitês de Bacias) e outra que se refere à intervenção direta a partir de determinada perspectiva de EA. Nesta segunda estratégia, o gestor da Política de EA (municipal, estadual ou federal) opta, segundo suas convicções, por desenvolver uma EA mais conservacionista, preservacionista, humanista, crítica, popular ou outra.

Até por ter atuado como Diretor de Educação Ambiental no estado da Bahia, é claro para mim que essas estratégias não são excludentes. Como gestor em busca de orientação, interessar-me-iam informações sobre os resultados das diferentes ações, que pautas e atores foram fortalecidos, que legados as ações deixaram. O que ficou para as pessoas e os grupos envolvidos? Como eles avaliam esses processos? Que críticas e sugestões fazem? Eles se mantêm mobilizados? Como e para quê? Quais limites, potencialidades e desafios se revelam? Que pautas e atores têm dominado os debates e construções nos espaços coletivos?

Ainda que vários limites e riscos para o bom desenvolvimento do campo tenham sido apontados neste artigo, já é possível destacar, dos trabalhos apresentados, algumas pistas interessantes para a reflexão dos educadores ambientais envolvidos com políticas públicas:

1. A importância da autonomia na relação entre as empresas financiadoras e as entidades executoras de projetos de educação ambiental, como estratégia de minimização dos riscos da ideologização e manipulação, principalmente no âmbito dos projetos escolares;
2. A necessidade de planejar e partilhar com o público desde o princípio as condições para a continuidade do projeto após seu término, como condição ética e de sustentabilidade;
3. O desafio de desenvolver estratégias para que os movimentos sociais, as organizações populares e as redes se apropriem dos espaços políticos abertos, como condição para enfrentar as perspectivas privatistas e conservadoras que coexistirão nesses coletivos abertos.

Parece-me, ao final deste artigo, que o GDPEAPP demonstra uma vitalidade e uma pertinência social e política que justificam sua continuidade nos próximos EPEAs. Ainda que a conflagração do campo e os riscos das pesquisas como artefatos, subterfúgios e peças de acusação ou louvação devam ser encarados como ameaças à qualidade do debate e das contribuições para as políticas de educação ambiental, é possível colher diversos aprendizados, tanto para a gestão pública como para a construção do conhecimento acadêmico. A ainda crescente produção de leis, programas, espaços colegiados, editais, projetos e materiais de educação ambiental por parte do Estado, nos diferentes níveis federativos, constitui fonte e objeto quase inesgotável para as pesquisas em políticas públicas de educação ambiental.

Referências

ACCIOLY, Inny Bello; SÁNCHEZ, Celso; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Anti-ecologismo no Congresso Nacional: o meio ambiente representado na Câmara dos

Deputados e no Senado Federal. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 6., 2011, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: USP, 2011.

AVANZI, Maria Rita; SILVA, Rosana Louro Ferreira. Traçando os caminhos da pesquisa em educação ambiental: uma reflexão sobre o II EPEA. *Quaestio*, v. 6, n. 1, p. 123-132, 2004.

BERNAL, Alex Barroso; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. As disputas ideológicas na construção do programa estadual de educação ambiental do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 6., 2011, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: USP, 2011.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; SCHMIDT, Leticia Santos. A. Pesquisa em Educação Ambiental: uma análise dos trabalhos apresentados na ANPED, ANPPAS e EPEA de 2001 a 2006. *Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 3, n. 2, p. 147-174, jul./dez. 2008.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro; SANTANA, Luiz Carlos; CARVALHO, Luiz Marcelo de. Concepções de educação e educação ambiental nos trabalhos do I EPEA. *Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 1, n. 1, p. 141-173, 2006.

FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio; SORRENTINO, Marcos. Imaginário político e colonialidade: desafios à avaliação qualitativa das políticas públicas de educação ambiental. *Ciências e Educação*, Bauru, v. 17, n. 2, p. 339-352, 2011.

FREITAS, Denise de; OLIVEIRA, Haydée Torres de. Pesquisa em educação ambiental: um panorama de suas tendências metodológicas. *Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 1, p. 1, p. 175-191, 2006.

GUERRA, Antonio Fernando Silveira; GUIMARÃES, Mauro. Educação ambiental no contexto escolar: Questões levantadas no GDP. *Pesquisa em Educação Ambiental*, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 155-166, jan./jun. 2007.

KAPLAN, Leonardo. Discursos estruturantes das políticas federais de educação ambiental: Estado, sociedade civil, crise socioambiental e o lugar da escola. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 6., 2011, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: USP, 2011.

LAMOSA, Rodrigo; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. A educação ambiental e o projeto de sociabilidade das classes dominantes: um estudo sobre o projeto da terceira via no Brasil. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 6., 2011, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: USP, 2011.

LAMOSA, Rodrigo; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; SERRÃO, Mônica Armond; KAPLAN, Leonardo. Educação ambiental e responsabilidade social: transformação ou reprodução da realidade socioambiental? In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 6., 2011, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: USP, 2011.

PACHECO, Monique Duarte; SANTOS, Laísa Maria Freire dos; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; BOZELLI, Reinaldo Luiz. Contradições entre o público e o privado nas relações institucionais de um projeto de educação ambiental no licenciamento: o caso do projeto Pólen/RJ. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 6., 2011, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: USP, 2011.

RAMOS, Fernanda Zandonadi; MARTINS, Lígia Alves; ZANON, Ângela Maria. Estruturas brasileiras da educação ambiental e contempladoras da Carta da Terra. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 6., 2011, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: USP, 2011.

SANTOS, Ana Maria Marques; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; BEZERRA, Carla Andreza Marques. Política e programa de educação ambiental no município de Mesquita/RJ: um caso de participação popular na construção de uma política pública. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 6., 2011, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: USP, 2011.

SANTOS, Sílvia Aparecida Martins dos; DI TULLIO, Ariane; OLIVEIRA, Haydée Torres de. Avaliação de um processo formativo de educadoras e educadores ambientais por um coletivo educador (CESCAR, São Carlos, SP). In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 6., 2011, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: USP, 2011.

SERRÃO, Mônica Armond; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. A educação ambiental crítica e a responsabilidade social: uma disputa entre o conflito e o consenso. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 6., 2011, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: USP, 2011.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia; FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio. Educação ambiental como política pública. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.

SOUZA, Natália Almeida. A educação ambiental como política pública: arranjos institucionais e aprendizados coletivos. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 6., 2011, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: USP, 2011.

TAMAIO, Irineu. O sentido crítico e emancipatório na política pública da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente – Gestão do Governo Lula (2003-2006). In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 6., 2011, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: USP, 2011a.

_____. Políticas Públicas de educação ambiental em tempos de mudanças climáticas: um diálogo necessário em um mundo de (in)certezas. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 6., 2011, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: USP, 2011b.

TONSO, Sandro. Cardápio de Aprendizagem. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio (Org.). Encontros e Caminhos: formação de educadores ambientais e coletivos educadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 47-56.

TOZONI-REIS et al. Fontes de informação dos professores sobre educação ambiental: o esvaziamento da dimensão intelectual do trabalho docente. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 6., 2011, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: USP, 2011.

Artigo recebido em 13/09/2012

Artigo aprovado em 14/11/2012